



***BOLETIM  
ECONÔMICO  
NUPE -  
UNIFOR***



**Universidade  
de Fortaleza**



**NUPE**  
NÚCLEO DE PESQUISAS ECONÔMICAS

**Vol. 4, N. 2, março/2023 #31**

# **BOLETIM ECONÔMICO NUPE - UNIFOR**

**Vol. 4, N. 2, março/2023 #31**

## **Reitoria**

Reitora Fátima Maria Fernandes Veras

## **Vice-reitoria de Graduação**

Vice-reitora Maria Clara Cavalcante Bugarim

## **Diretora do Centro de Ciências da Comunicação e Gestão - CCG UNIFOR**

Profa. Danielle Batista Coimbra

## **RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**

### **Prof. Allisson Martins**

Coordenador Curso de Economia UNIFOR / Núcleo de  
Pesquisas Econômicas – UNIFOR

### **Prof. Felipe Bezerra dos Santos**

Curso de Economia UNIFOR / Professor

### **Prof. Nicolino Trompieri Neto**

Curso de Economia UNIFOR / Professor

## **EDIÇÃO**

### **Prof. Wagner Borges**

Curso de Jornalismo UNIFOR

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

### **Aldeci Tomaz**

Curso de Jornalismo UNIFOR



## APRESENTAÇÃO

A Universidade de Fortaleza – Unifor, na sua missão de “contribuir para o desenvolvimento humano por meio da formação de profissionais de excelência e da produção do conhecimento”, reconhecida entre as melhores instituições de ensino superior do mundo, avança mais uma etapa, na seara de estudos econômicos, ao estruturar documento econômico fundamentado em bases científicas sólidas e robustas.

O Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe, vinculado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza, tem a satisfação de apresentar à sociedade cearense mais um número do Boletim Econômico, publicação que analisa o desempenho das economias, no mundo e brasileira, e em especial do Ceará. O Boletim Econômico Nupe é elaborado pelos alunos da disciplina Técnicas em Pesquisas Econômicas, com a orientação e supervisão dos professores do Núcleo de Pesquisas Econômicas - Nupe. Nosso boletim oferece à sociedade cearense, por meio de uma linguagem simples e acessível, informações que contribuem para um maior entendimento da situação presente e das perspectivas da economia para os próximos anos, e, dessa forma, colabora para a formação de uma sociedade reflexiva e de senso crítico, capaz de promover as transformações econômicas e sociais necessárias para a tão almejada arrancada do processo de desenvolvimento econômico do nosso País.

Essa 31ª edição do Boletim Econômico inicia com o artigo de opinião assinado por Sávio Coelho M. Filho, Economista egresso da Universidade de Fortaleza, intitulado “**Um Conto de Dois Sistemas Bancários**”. Na sequência da presente edição o leitor encontrará um panorama sobre a economia internacional e nacional com projeções do PIB das principais economias para o biênio 2023-2024; o comportamento da taxa de câmbio, da Selic, da inflação e do mercado de trabalho. Destaque especial no presente documento para as previsões elaboradas para o PIB do Brasil e do Ceará para os anos de 2023 e 2024 em três cenários possíveis: pessimista, provável e otimista. A última seção do Boletim apresenta a evolução das ações das empresas cearenses listadas em bolsas de valores, medida pelo **Índice de Ações Cearenses - IAC do Núcleo de Pesquisas Econômicas da UNIFOR**.

Boa Leitura!

# Um Conto de Dois Sistemas Bancários

Sávio Coelho M. Filho <sup>1</sup>

**E**m um artigo escrito em 1990, o historiador monetário Michael Bordo documentou os episódios de pânico bancários ocorridos entre 1870 e 1933 em uma amostra de seis economias avançadas; dentre elas Inglaterra, França, Estados Unidos e Alemanha. Durante esse período ocorreram um total de 16 pânico bancários e todos ocorreram somente nos Estados Unidos.

Não é de hoje que as pessoas escutam falar de problemas no sistema bancário americano. Tais crises, contudo, não são meros acasos do destino ou frutos de instabilidades inerentes ao sistema bancário por si só. Como documenta Bray Hammond em *“Banks and Politics in America”*, os americanos, estimulados por uma desconfiança ideológica jeffersoniana com relação ao sistema financeiro, sempre favoreceram regulações pesadas sobre o sistema bancário que limitava a escala dos negócios bancários. Para o leitor ter uma ideia, desde a fundação da república até a promulgação do Riegle-Neal Act de 1994 os bancos americanos eram proibidos por lei de abrir agências entre os estados de seu próprio país. Eles eram regulados a manter reservas obrigatórias em títulos públicos estaduais instáveis e, durante a vigência do Glass-Steagall Act de 1933, eles eram proibidos de atuar simultaneamente em atividades comerciais e de investimento.

Em uma primeira vista tais limitações poderiam aparentar serem benéficas, mas as consequências de tais escolhas públicas foram desastrosas. Os bancos americanos muitas vezes estavam limitados a mercados específicos, impossibilitados de diversificar seus portfólios de empréstimos além de limites estaduais, e devido isso estavam mais vulneráveis a choques externos causados por safras ruins e agricultores inadimplentes ou a ciclos de produção industrial a depender da localidade onde estavam. Do lado do crédito, devido muitas vezes a carta de autorização de funcionamento dos bancos (*bank charter*) só ser concedida a um banco por localidade, os bancos locais tinham um poder de monopólio sobre o fornecimento de crédito, o que elevava os preços para os clientes locais. E, para piorar, devido tais bancos estarem geralmente vinculados a distritos políticos, era comum tais organizações bancárias terem fortes contatos com os congressistas dos seus distritos; o que gravava um lobby poderoso contra qualquer tentativa de reforma do sistema.

Todavia, a situação era diferente mais ao norte. Durante o mesmo período, o Canadá experimentou um sistema bancário quase que totalmente *laissez-faire*, com liberdade para consolidação bancária, estruturação dos portfólios e abertura de agências por todas as províncias do domínio. Os resultados não poderiam ser mais diferentes. Como documentam Bordo, Residh e Rockoff (2015), mesmo no auge da Grande Depressão, quando mais de 4000 bancos americanos falharam em 1933, o total de falências bancárias no Canadá foi exatamente...0. E nota: isso sem a existência de um banco central, pois o Bank of Canada só seria criado em 1935 e por razões meramente *políticas* dentro do contexto das guerras cambiais dos Anos 30, e em uma economia aberta exportadora de commodities e, portanto, teoricamente vulnerável a choques externos de crises econômicas internacionais. A crise foi facilmente contornada pelos próprios bancos canadenses por meio de acordos de fornecimento mútuo de liquidez conhecidos como *“clearing house agreements”* e de consolidação dos bancos em organizações grandes e com escala; diferentemente dos bancos americanos pequenos, locais e regulados.

Quando vemos no noticiário de hoje crises como a do SVB e do Signature Bank, bancos locais americanos, estamos vendo apenas o mesmo padrão dos bancos do tempo de Thomas Jefferson. É notável que o SVB chegou até a repetir a fórmula desastrosa dos bancos regionais do século XIX e concentrou seus empréstimos em um único setor altamente correlacionado com indicadores de juros. A lição que tiramos de uma análise histórica da economia bancária americana é que tentar tratar esses problemas por mera ação de política monetária é como tentar curar uma doença fatal com remédios para dor. Pacotes de socorro por parte do Federal Reserve irão solucionar apenas o sintoma, mas não a causa. A solução real para o problema deverá vir de reformas macroprudenciais que mudem a microeconomia do sistema bancário americano; permitindo consolidação dos pequenos bancos locais em bancos maiores com possibilidade de ganhos de escala.

Já do ponto de vista dos canadenses, crises como a atual são apenas um lembrete do quão bom é seu sistema. Como notou Many Grauman do Bank of Nova Scotia recentemente: *“Do ponto de vista canadense, a falência do SVB não apenas não tem nenhum impacto significativo sobre nossos bancos, mas também é uma reafirmação das virtudes do sistema bancário canadense; o qual é dominado por poucos bancos diversificados”*.

---

<sup>1</sup> Graduado em ciências econômicas e pós-graduando no MBA de Controladoria e Finanças pela Unifor.

## Referências:

BORDO, Michael D. The Lender of Last Resort: alternative views and historical experience. **FRB Richmond Economic Review**, v. 76, n. 1, p. 18-29, 1990.

BORDO, Michael D.; REDISH, Angela; ROCKOFF, Hugh. Why didn't Canada have a banking crisis in 2008 (or in 1930, or 1907, or...)? **The Economic History Review**, v. 68, n. 1, p. 218-243, 2015.

HAMMOND, Bray. **Banks and Politics in America: from the Revolution to the Civil War**. Princeton University Press, 1991.

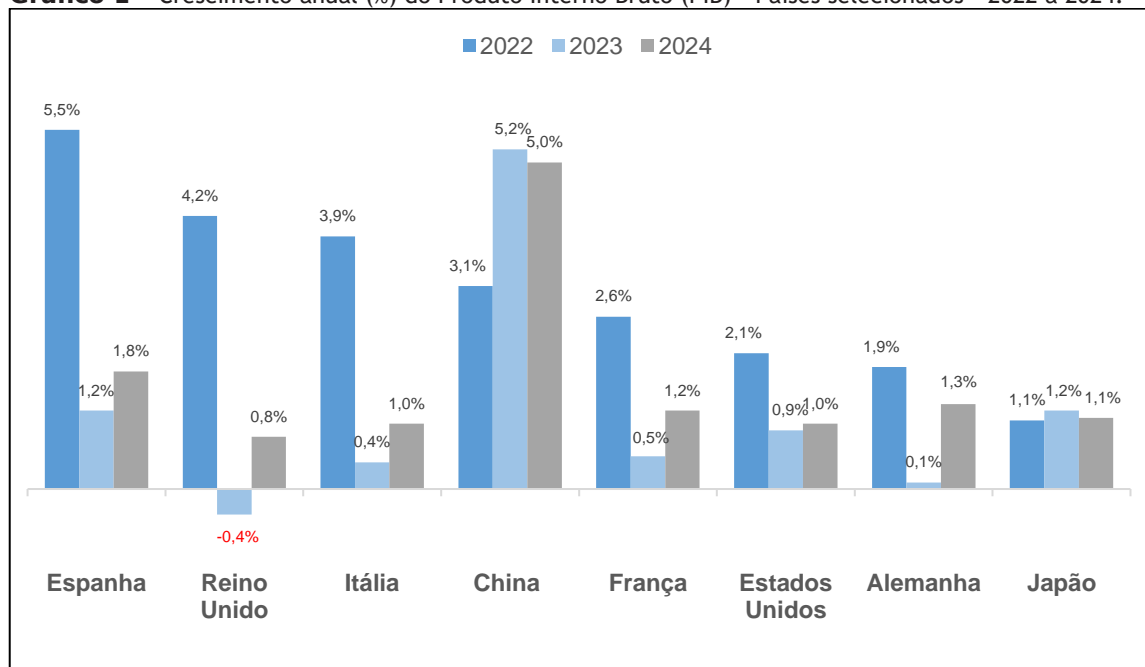
<https://financialpost.com/fp-finance/banking/silicon-valley-bank-collapse-canada-banks>.

## CENÁRIO MUNDIAL

A projeção do PIB das maiores economias mundiais para os anos de 2023 e 2024, apresentou uma desaceleração em comparação com 2022. A desaceleração é causada por conflitos que geram impacto nas exportações e importações dos países, como as tensões entre Rússia e Ucrânia e China e Taiwan, sendo que estas ocorrências impactam no comércio de terceiros. É importante ressaltar, considerando as projeções, que, de um modo geral, as economias estão se recuperando dos impactos da pandemia do COVID-19, ao mesmo tempo que encontram-se tangentes a outras ocorrências de nível global.

O Gráfico 1 a seguir expõe as projeções do Euromonitor para as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de algumas economias mundiais. De um modo geral, os países representados no gráfico demonstram variação positiva do PIB nos anos destacados. Evidentemente, países como a China e Japão possuem projeções para os anos de 2023 e 2024 que representam a manutenção da economia, contudo, a China está com as melhores projeções, com 5,2% para 2023 e 5,0% para 2024. No ano de 2023, quase todas economias apresentaram uma desaceleração na economia, com exceção da China e Japão e, no ano de 2024, as projeções indicam um aquecimento no Produto Interno Bruto dos países analisados.

**Gráfico 1** - Crescimento anual (%) do Produto Interno Bruto (PIB) - Países selecionados - 2022 a 2024.



Fonte: Euromonitor/Macro Model Euromonitor Baseline - Atualizado em 03/04/2023.

## CENÁRIO NACIONAL

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no acumulado do ano de 2022, o produto interno bruto (PIB) cresceu 2,9% frente ao ano de 2021, explicado pelos crescimentos nos setores de serviços (4,2%) e indústria (1,6%). Na comparação interanual do 4º trimestre de 2022, o crescimento do PIB foi de 1,9%, com elevações em Serviços (3,3%) e Indústria (2,6%), conforme o Quadro 1 abaixo.

Analisando os componentes do PIB na ótica da demanda, no acumulado do ano de 2022, os maiores desempenhos foram verificados nas Exportações (5,5%), explicada pelas vendas de *commodities* da agropecuária, veículos automotores e serviços, e no Consumo das famílias (4,3%), em decorrência dos resultados positivos do mercado de trabalho, aos auxílios governamentais, como o Auxílio Brasil, Auxílio Taxista e o Auxílio Caminhoneiro, bem como às políticas de desoneração fiscal. Houve expansão de 0,9% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) explicado pelos crescimentos da construção, do desenvolvimento de softwares e da produção e importação de bens de capital.

**Quadro 1 – Produto Interno Bruto e Componentes da Demanda - Brasil - 4º Trimestre de 2022.**

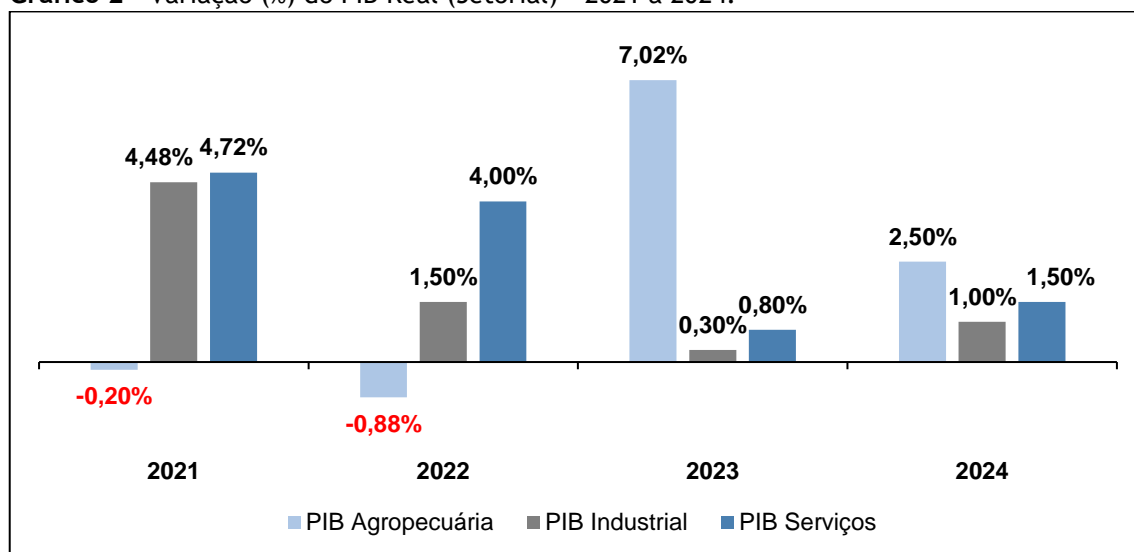
Período de Comparação	Indicadores								
	Ótica da Oferta			PIB	Ótica da Demanda				
	AGROP.	INDUS.	SERV.		FBCF	CONS. FAM.	CONS. GOV.	Export.	Import.
4º Trimestre de 2022/ 3º Trimestre de 2022 (%) (Com ajuste Sazonal)	0,3%	-0,3%	0,2%	-0,2%	-1,1%	0,3%	0,3%	3,5%	-1,9%
4º Trimestre de 2022/ 4º Trimestre de 2021 (%)	-2,9%	2,6%	3,3%	1,9%	3,5%	4,3%	0,5%	11,7%	4,6%
Ano de 2022	-1,7%	1,6%	4,2%	2,9%	0,9%	4,3%	1,5%	5,5%	0,8%
Valores Correntes no 4º Trimestre de 2022 (R\$)	116,5 bilhões	539,8 bilhões	1,6 trilhão	2,6 trilhões	488,5 bilhões	1,7 trilhão	529,8 bilhões	429,5 bilhões	489,7 bilhões
Valores Correntes no Ano de 2022 (R\$)	675,5 bilhões	2,1 trilhões	5,8 trilhões	9,9 trilhões	1,9 trilhão	6,3 trilhões	1,8 trilhão	2,0 trilhões	1,9 trilhão
<b>Taxa de Investimento (FBCF/PIB) em 2022 = 18,8%</b>									
<b>Taxa de Poupança (POUP/PIB) em 2022 = 15,9%</b>									

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais - IBGE. Elaboração Nupe/Unifor.

O Gráfico 2 abaixo mostra a variação percentual do PIB real do Brasil, no período de 2021 a 2024, por setores produtores da economia brasileira. Devido a retomada da economia após a pandemia da Covid-19 no ano de 2020, com efeitos que perpetuaram os anos seguintes, o PIB nos setores de serviços e industrial tiveram uma alta brusca em 2021, de 4,72% e 4,48% respectivamente, porém o PIB do setor agrícola não obteve o mesmo ritmo de crescimento, de forma que retraiu 0,20%. Com a retomada mais forte da economia nos anos posteriores, a partir do progresso da vacinação e o consequente aumento das atividades econômicas que dependem da circulação de pessoas, observou-se em 2022 um aquecimento do PIB industrial (1,50%) e de serviços (4,00%).

Para o ano corrente de 2023, as previsões indicam crescimento para o PIB dos Serviços (0,80%) e da Indústria (0,30%), enquanto o da Agropecuária deve crescer de maneira acentuada em 7,02%. Para o ano de 2024 as previsões indicam um bom desempenho para a Agropecuária (2,50%), enquanto os Serviços (1,50%) e a Indústria (1,00%) devem crescer num ritmo superior ao verificado no ano de 2023.

**Gráfico 2 - Variação (%) do PIB Real (Setorial) - 2021 a 2024.**

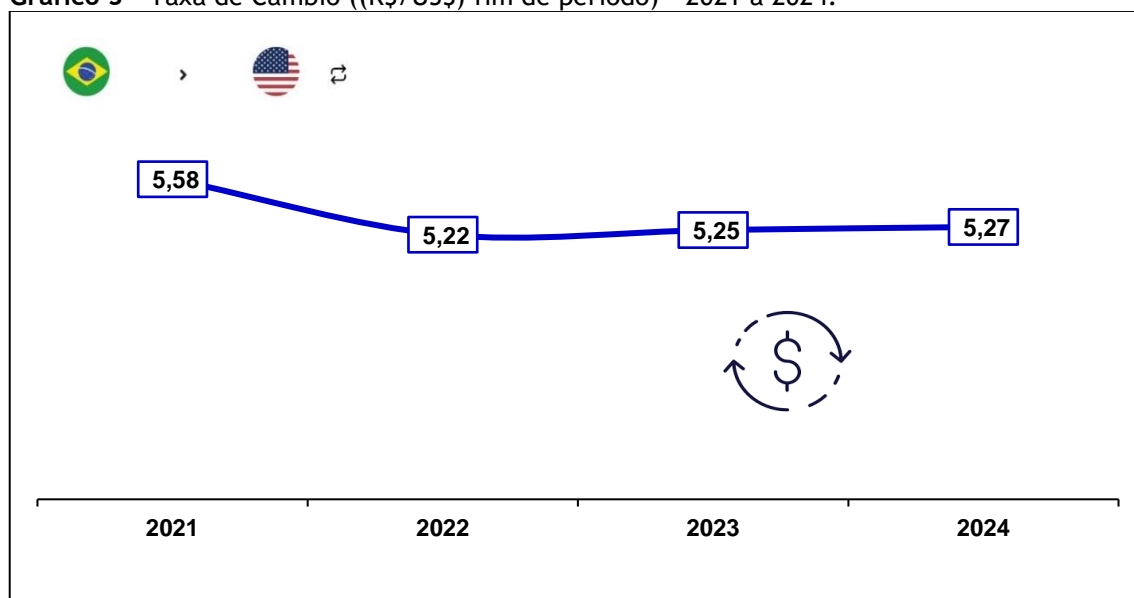


Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

De acordo com os dados do Gráfico 3, a taxa de câmbio no período de 2021 a 2024 apresenta estabilidade, embora o cenário global continue instável, visto as consequências dos conflitos da guerra da Ucrânia na Europa nos setores de commodities e de energia, como também, o cenário inflacionário nos Estados Unidos e nas maiores economias da Europa. Além disso, o cenário nacional se mantém instável dado o desequilíbrio fiscal e as incertezas quanto às tomadas de ações do novo governo federal.

Os resultados apontam para um câmbio de R\$ 5,25/US\$ em 2023 e uma previsão de R\$ 5,27/US\$ em 2024, previsões um pouco abaixo da taxa verificada em 2021 (R\$ 5,58/US\$). A alta observada na força do dólar global, somado à abertura da curva de juros internacional e queda nos preços das *commodities* tem contribuído como vetores negativos para o Real. Por outro lado, o elevado diferencial entre juros doméstico e internacional e a resiliência da atividade econômica nacional têm beneficiado o Real frente ao dólar.

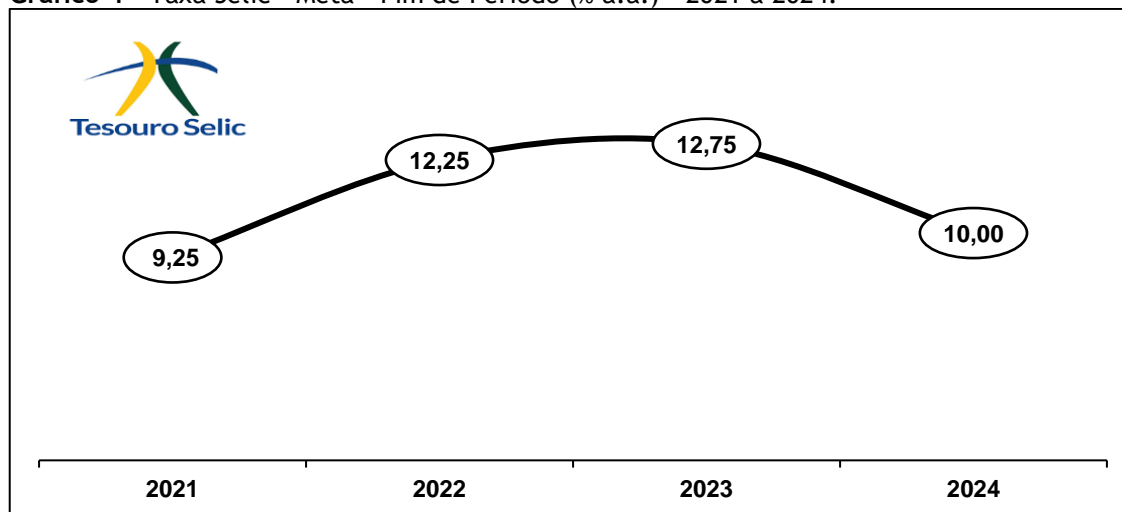
**Gráfico 3 - Taxa de Câmbio ((R\$/US\$) fim de período) - 2021 a 2024.**



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Em relação aos dados apresentados no Gráfico 4, verifica-se uma previsão de reversão da curva de juros em 2024, finalizando o referido ano com uma taxa de juros Selic igual a 10% a.a., no qual demonstra um controle da pressão inflacionária dado o decréscimo observado do IPCA nos últimos meses de 2023, indicando assim, que o ciclo de política monetária contracionista, iniciado em março de 2021 pelo Banco Central do Brasil (BCB), parece estar se encerrando, com sinalização do BCB iniciar a transição para uma redução da taxa Selic no segundo semestre de 2023, em decorrência das projeções inflacionárias que demonstram uma manutenção da tendência de queda. Além disso, o cenário mundial tende a se manter com um ciclo monetário contracionista, em decorrência da alta inflação tanto nos Estados Unidos quanto na Europa. Posto isto, a China sinaliza uma reversão das políticas fiscais expansionistas devido à crise imobiliária e a necessidade de combater a inflação. Consequentemente, as projeções de crescimento no mundo têm se reduzido de forma substancial para o ano de 2023.

**Gráfico 4 - Taxa Selic - Meta - Fim de Período (% a.a.) - 2021 a 2024.**

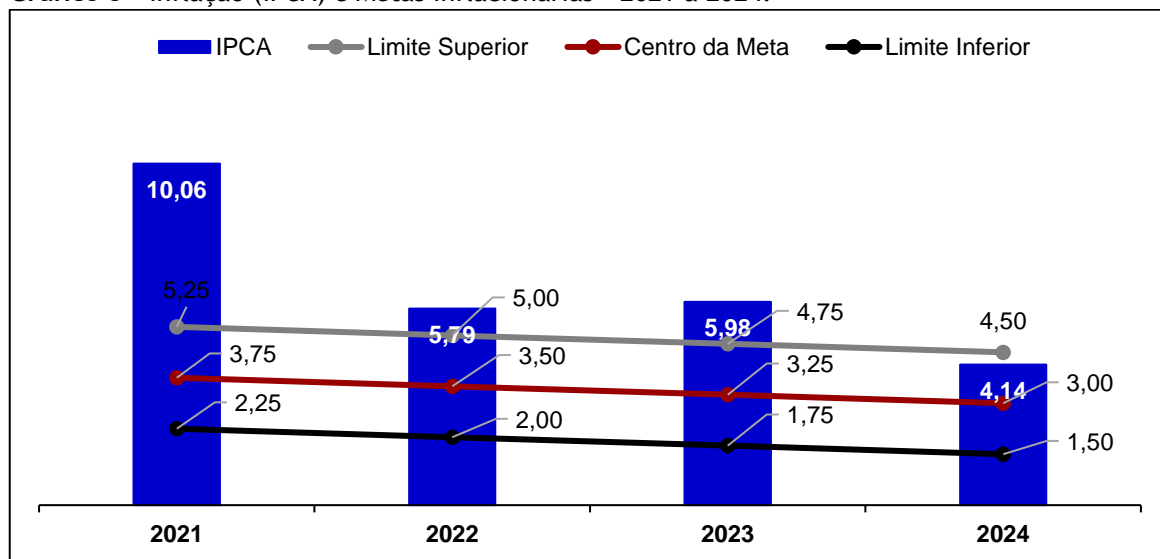


Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Mediante os dados apresentados no Gráfico 5, verifica-se que o IPCA atingiu uma forte inflação de 10,06% em 2021, ficando muito distante da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil (BCB) de 3,75% para o mesmo ano. Em 2022, houve uma redução da inflação, atingindo um patamar de 5,79%, mas ainda acima do limite superior da meta de inflação para o referido ano, que foi de 5,00%. Esta redução, comparando com 2021, é resultado da política monetária restritiva de aumento da taxa de juros SELIC, com trajetória de alta iniciada em 2021 e que deve permanecer em patamares elevados ainda em 2024.

Para o ano de 2023, a projeção para a inflação medida pelo IPCA, com base no Relatório FOCUS, é de uma variação de 5,98%, acima da meta de 3,25% e do limite superior de 4,75%, ou seja, há um pequeno aumento comparado ao que foi registrado em 2022. Acrescenta-se que, para o ano de 2024, a projeção é de uma inflação de 4,14%, resultado abaixo do limite superior de 4,50% estabelecido pelo BCB, indicando os primeiros resultados da política monetária restritiva para a trajetória do IPCA em direção a meta.

**Gráfico 5 - Inflação (IPCA) e Metas Inflacionárias - 2021 a 2024.**

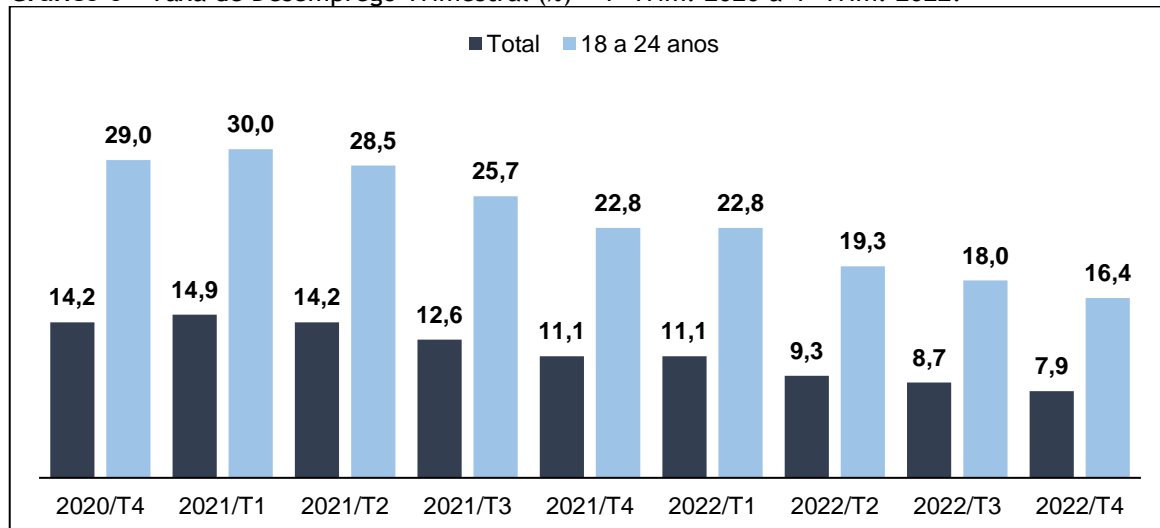


Fonte: IBGE e Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gráfico 6), em relação a taxa de desemprego no país, o ano de 2022 encerrou com resultado favorável após um período de forte retração econômica ocasionada pela pandemia de COVID-19. Com o menor nível histórico desde 2015, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2022 (7,9%), apontou um declínio em comparação aos dois últimos anos. Em meio a um cenário de incertezas e os efeitos negativos dos diversos setores da economia, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2020 (14,2%) cessou com alta recorde atingindo cerca de 14,3 milhões de desempregados. O ano de 2021 foi marcado pelo início da recuperação após a retomada da economia, onde a taxa de desemprego no 4º trimestre de 2021 (11,1%) apresentou uma redução de 3,1 pontos percentuais (p.p.) em confronto ao mesmo período de 2020.

Verificando a taxa de desemprego na faixa etária de 18 a 24 anos é possível observar a correlação com a taxa de desemprego total em um sentido convergente. Esse movimento ocorre principalmente a uma concentração maior da população economicamente ativa (PEA) em faixas etárias mais jovens, dando a esse grupo um maior peso na oscilação da taxa de desemprego total. A taxa de desemprego nessa faixa foi bastante elevada a partir do quarto trimestre de 2020 (29,0%), mas seguindo com taxas decrescentes e chegando no quarto trimestre de 2022 (16,4%) ao seu menor valor em relação à série apresentada.

**Gráfico 6 - Taxa de Desemprego Trimestral (%) - 4º Trim. 2020 a 4º Trim. 2022.**

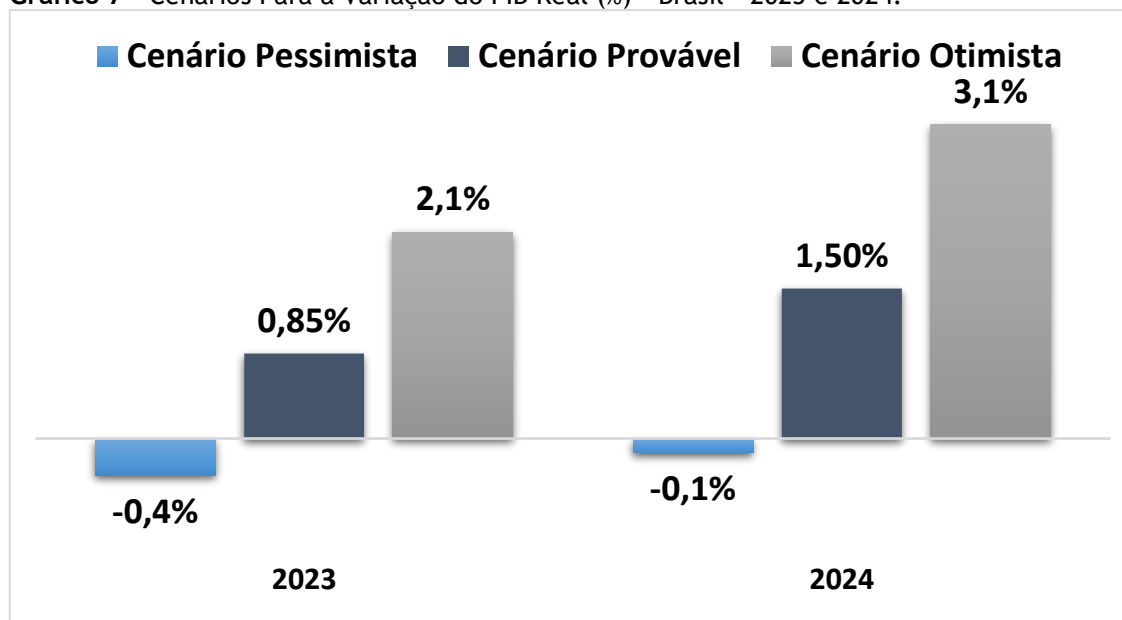


Fonte: IBGE-PNAD. Elaboração: Nupe/Unifor.

O PIB brasileiro no ano de 2023 vem sendo impactado pela atual política monetária contracionista de aumento da taxa SELIC para reduzir a alta inflacionária, o que desestimula o consumo das famílias e o investimento das empresas. Outro fator que vem influenciando o atual cenário econômico é a manutenção da guerra Rússia x Ucrânia, o que vem mantendo uma alta da inflação mundial, gerando um ambiente de política monetária restritiva na maioria das economias desenvolvidas e conseqüentemente uma desaceleração do crescimento da economia mundial, aumentando as incertezas nas decisões de investimentos externos no Brasil. Soma-se ainda as incertezas quanto as tomadas de decisões de política econômica do novo governo federal.

Dado o comportamento conjuntural da economia brasileira recente, bem como as previsões de agregados macroeconômicos apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB brasileiro, para os anos de 2023 e 2024, em três possíveis cenários (Gráfico 7). A economia do Brasil, para o cenário provável, registrará crescimentos de 0,85% e 1,5%, respectivamente para os anos de 2023 e 2024. No cenário pessimista espera-se retrações de 0,4% e 0,1%, respectivamente para 2023 e 2024, enquanto para o cenário otimista espera-se expansões de 2,1% e 3,1%, em 2023 e 2024, respectivamente.

**Gráfico 7 - Cenários Para a Variação do PIB Real (%) - Brasil - 2023 e 2024.**



Fonte: Relatório Focus - Banco Central / Expectativas de Mercado. Elaboração: Nupe/Unifor.

## CENÁRIO LOCAL

A tabela 1 apresenta as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do Valor Adicionado (VA) por setores e atividades econômicas no estado do Ceará, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, para os trimestres de 4º Trim. 2021 a 4º Trim. 2022 e dos anos de 2021 e 2022. Observa-se que o setor da Agropecuária apresentou uma retração de -4,95% em 2021, porém, o setor se recuperou significativamente no ano de 2022, no qual registrou um crescimento acumulado de 7,70%. Destaque para o 3º e 4º Trim. 2022, nos quais houve melhora relevante, com acréscimos de 14,20% e 9,51%, respectivamente. Já o setor da Indústria apresentou retração em todos os trimestres de 2022, resultando em um acumulado no ano de -6,28%, com destaques negativos para Gás, Eletricidade e Água (SIUP)(-19,16%) e Transformação (-6,35%). O resultado foi bem abaixo ao se comparar com o ano de 2021, onde o setor da Indústria cresceu 11,60%.

Em relação ao setor de Serviços houve uma expansão em 2021 (5,56%) e nos primeiros dois trimestres de 2022, com desaceleração nos 3º e 4º trimestres de 2022, com acréscimos de

apenas 0,40% e 0,08%, respectivamente, resultando em um crescimento de 1,92% no ano. O destaque positivo ficou por conta da atividade de Alojamento e Alimentação, que registrou taxa de crescimento de 16,81% no acumulado do ano. Dessa forma, o Valor Adicionado (VA) e o PIB do Ceará se expandiram em 2021 (5,56% e 5,54%, respectivamente) e nos primeiros três trimestres de 2022, mas desaceleraram no 4º trimestre de 2022, com retrações de -0,80% e -0,70%, respectivamente. No acumulado do ano de 2022 no Ceará, o crescimento do VA foi de 0,89% e do PIB de 0,96%.

**Tabela 1 - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Ceará - 4º Trim. 2021 a 4º Trim. 2022 e Anos de 2021 e 2022 (\*).**

Setores e Atividades	4º Trim. 2021 (**)	Ano de 2021 (**)	1º Trim. 2022 (**)	2º Trim. 2022 (**)	3º Trim. 2022 (**)	4º Trim. 2022 (**)	Ano de 2022 (**)
<b>Agropecuária</b>	<b>-6,44</b>	<b>-4,95</b>	<b>3,99</b>	<b>0,85</b>	<b>14,20</b>	<b>9,51</b>	<b>7,70</b>
<b>Indústria</b>	<b>-3,16</b>	<b>11,60</b>	<b>-10,86</b>	<b>-0,88</b>	<b>-5,50</b>	<b>-7,48</b>	<b>-6,28</b>
Extrativa Mineral	4,45	-0,18	-1,39	3,09	6,29	3,11	2,88
Transformação	-12,76	4,19	-12,69	-0,01	-3,15	-9,29	-6,35
Construção Civil	1,86	10,36	3,40	5,01	7,39	4,48	5,11
Eletricidade, Gás e Água	8,79	27,65	-23,69	-13,23	-22,84	-15,86	-19,16
<b>Serviços</b>	<b>2,41</b>	<b>5,56</b>	<b>4,20</b>	<b>3,29</b>	<b>0,40</b>	<b>0,08</b>	<b>1,92</b>
Comércio	1,45	7,71	9,71	3,45	-5,72	-5,13	0,12
Alojamento e Alimentação	9,77	-0,47	12,53	24,36	18,67	12,53	16,81
Transportes	7,30	9,87	7,80	11,24	4,41	2,03	6,12
Intermediação Financeira	0,79	5,59	0,98	2,61	0,64	-0,88	0,81
Administração Pública	2,80	3,51	2,28	0,14	0,54	2,47	1,35
Outros Serviços	8,45	2,14	8,14	12,25	9,99	2,81	8,21
<b>Valor Adicionado (VA)</b>	<b>0,92</b>	<b>5,56</b>	<b>1,23</b>	<b>2,66</b>	<b>0,62</b>	<b>-0,80</b>	<b>0,89</b>
<b>PIB</b>	<b>1,04</b>	<b>5,54</b>	<b>1,43</b>	<b>2,70</b>	<b>0,57</b>	<b>-0,70</b>	<b>0,96</b>

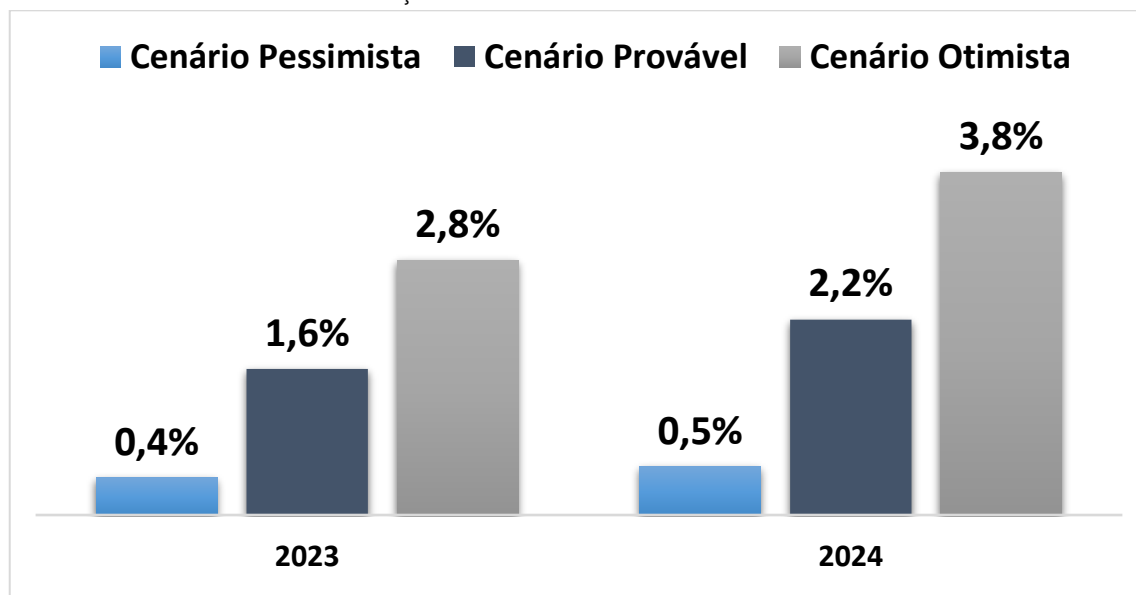
Fonte: IPECE e IBGE.

(\*) São dados preliminares e podem sofrer alterações quando forem divulgados os dados definitivos;

(\*\*) Em comparação a igual período do ano anterior.

De acordo com o comportamento do PIB do Ceará e de sua relação com o PIB do Brasil, bem como as análises conjunturais e os cenários apresentados neste documento, o Nupe elaborou previsões para o PIB cearense para os anos de 2023 e 2024, em três possíveis cenários (Gráfico 8). A economia cearense, para o cenário provável, registrará crescimentos de 1,6% e 2,2%, respectivamente para os anos de 2023 e 2024. Já no cenário pessimista espera-se crescimentos de 0,4%, para 2023, e de 0,5% para 2024, enquanto para o cenário otimista, espera-se um aumento de 2,8% em 2023, e uma expansão de 3,8% em 2024.

Gráfico 8 - Cenários Para a Variação do PIB Real - Ceará - 2023 e 2024.

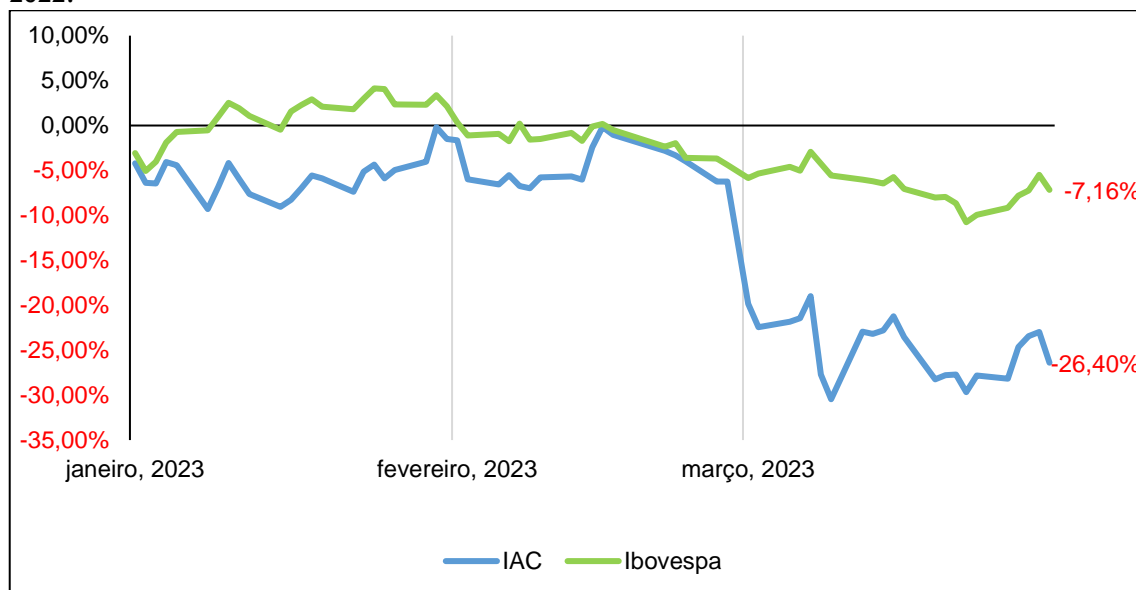


Fonte: IPECE e NUPE. Elaboração: Nupe/Unifor.

#### ÍNDICE DE AÇÕES CEARENSES (IAC)

Conforme o Gráfico 9, o Índice de Ações Cearenses (IAC), que mede o comportamento das ações das empresas cearenses registradas em bolsas de valores, começou no mês de janeiro de 2023 com uma queda no retorno acumulado diário de -4,21% e terminou o mesmo mês com uma queda de -0,18%. O índice Ibovespa, que é o indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), iniciou o mês de fevereiro com uma queda de -3,06%, e finalizou o mesmo mês com uma baixa no retorno acumulado diário de -4,38%. É nítido que a partir do mês de março de 2023 existe uma considerável diferença das trajetórias de retorno do IAC em relação ao do Ibovespa, com o IAC caindo em patamares próximos de -30%, enquanto o Ibovespa caindo em torno de -8,0%.

Gráfico 9 - Retorno diário acumulado no ano do IAC e do Ibovespa - janeiro a dezembro de 2022.



Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/Unifor.

Conforme a Tabela 2, dentre as ações que compõe o índice IAC, nota-se como destaque positivo no retorno acumulado anual a Grendene (GRND3) (+19,24%), seguido do Banco do Nordeste (BNBR3) (+8,0%) e Aeris (AERI3) (+4,42%). Na análise do retorno mensal, os destaques positivos foram a Grendene (GRND3) (+9,10%) e Banco do Nordeste (BNBR3) (+1,28%), enquanto a Enel (COC3) permaneceu estável (0,00%). Já no acumulado dos últimos 12 meses, apenas a Enel (COC3) (+15,71%) e Aeris (AERI3) (+2,44%) registraram retornos positivos. Os resultados acumulados dos últimos 12 meses (%) negativos para o Ibovespa (-7,40%) e IAC (-56,98%) mostram que as incertezas econômicas que impactaram negativamente as empresas cearenses que compõem o IAC nesse período, atuaram de forma mais intensa do que para as empresas que compõem o Ibovespa.

**Tabela 2 - Retornos do Ibovespa e das empresas contidas no IAC - março de 2023.**

Tickers	Retorno mensal (%)	Retorno acumulado no ano (%)	Retorno acumulado dos últimos 12 meses (%)	Participação mensal (%)
Ibovespa	-2,91% ▼	-7,41% ▼	-7,40% ▼	-
<b>IAC</b>	<b>-21,50% ▼</b>	<b>-26,40% ▼</b>	<b>-56,98% ▼</b>	<b>100,00%</b>
BNBR3	1,28% ▲	8,00% ▲	-79,66% ▼	10,22%
COCE3	0,00% ▲	-1,21% ▼	-44,30% ▼	7,28%
COCE5	-2,00% ▼	-1,04% ▼	15,71% ▲	5,81%
GRND3	9,10% ▲	19,24% ▲	-46,50% ▼	6,85%
MDIA3	-24,87% ▼	-29,61% ▼	-3,26% ▼	10,81%
HAPV3	-41,65% ▼	-48,43% ▼	-17,00% ▼	40,33%
ARCE	-15,48% ▼	-22,11% ▼	-28,03% ▼	14,63%
PGMN3	-11,43% ▼	-29,22% ▼	-77,87% ▼	2,14%
AERI3	-11,28% ▼	4,42% ▲	2,44% ▲	1,12%
BRIT3	-2,73% ▼	-21,61% ▼	-67,88% ▼	0,82%

Fonte: Yahoo Finance. Elaboração: Nupe/UNIFOR.

\* Data de referência: **31 de março de 2023.**

\*\* Retornos ajustados a dividendos e desdobramentos.

#### **Autores:**

Alysson Inácio de Oliveira  
 Ana Lara Rodrigues Viana  
 Artur Sampaio Pereira  
 Caio Fontenele Dias de Oliveira  
 Clóvis Manica  
 Guilherme Poncio da Silva  
 Joao Pedro Cunha Matias  
 Jonatas Calebe Eufrásio Bomfim  
 João da Silva Nascimento Filho  
 João Pedro Portela Alves  
 Nicole Antunes Timbó Silveira  
 Pedro Fujita Campos Martins  
 Pedro Henrique Damasceno Menezes  
 Pedro Henrique Gandini  
 Rodrigo Donato Paes  
 Sylvana Pinheiro Holanda  
 Tatiane de Castro Alves  
 Zeca Mattos Frota

